



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMINV – 005/2026

Às 10 horas do dia doze de março de dois mil e vinte e seis, na sede do Instituto de Benefício e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos – COMINV, nomeados pelo presidente do IBASMA conforme Portarias nº 200/2020, nº 47/2022 e nº 37/2023, Rafael Ferreira Viana Daumas, diretor de administração e finanças e secretário desta assembleia, Mônica Souza dos Santos Costa, superintendente de previdência e Thayna Pacheco Coutinho, chefe de divisão de projetos previdenciários. A reunião foi iniciada pelo senhor Rafael, com a apresentação da pauta da assembleia ordinária: a) leitura da ata anterior; b) leitura e análise da carta mensal da Consultoria Mais Valia referente ao mês 02/2026; c) leitura e análise do relatório mensal de aplicações financeiras do mês 02/2026; d) análise e indicação de fundos para aplicação dos recursos disponíveis; e) assuntos gerais. Prosseguindo, foi realizada a leitura da ata da reunião ordinária anterior, sendo dada a palavra para que fosse realizada qualquer observação ou apontamento sobre o que foi lido, sem manifestações, foi dado prosseguimento para o tópico seguinte. Iniciando a leitura da carta mensal disponibilizada pela Mais Valia Consultoria, foi destacado que o mês de fevereiro manteve o ambiente favorável as carteiras, mas com menor intensidade do que a demonstrada no mês de janeiro. Seguindo, foi apontado que a renda fixa local continuou apresentando desempenho positivo, sustentada pela estabilidade das expectativas de juros e a demanda consistente por ativos de menor risco. A renda variável doméstica também avançou, mas em ritmo mais moderado. No cenário internacional o desempenho foi heterogêneo devido a valorização do real frente ao dólar, reduzindo o impacto positivo de alguns mercados globais, fazendo com que a classe contribuísse de forma mista aos investidores. Fechando a parte inicial, foi destacado também que o mês de fevereiro tende a apresentar resultados positivos, com as carteiras com maior exposição à renda local se beneficiando do bom momento doméstico, enquanto as com maior alocação internacional mostram resultados pouco comedidos. Seguindo a leitura, outro ponto de destaque foi a ata de reunião do Copom, detalhando o debate interno do momento adequado para iniciar a flexibilização da política monetária, demonstrando que o Comitê reconhece que as condições para reduzir a taxa básica tem se formado, mas ainda considera necessário acumular maior confiança na convergência da inflação à meta. Outro ponto de destaque foi a elevação do IPCA em 0,33% em janeiro, ligeiramente acima da mediana das expectativas, reforçando a necessidade de cautela na avaliação da velocidade de convergência da inflação para a meta. O resultado manteve a inflação em trajetória de desinflação gradual, embora ainda sujeita a



pressões específicas. No acumulado em 12 meses, o índice alcançou 4,44%, permanecendo abaixo do teto da meta. Finalizando as questões locais, foi destacado o último boletim Focus com posição de 27 de fevereiro de 2026, trazendo a previsão do IPCA para 3,91% par ao final de 2026, o PIB trouxe aumento na previsão de 1,82 acima da última sondagem, o mercado prevendo a SELIC em 12,00% e as previsões do câmbio em R\$ 5,42/USD1, com projeção inferior ao divulgado no mês anterior. No mercado internacional, os resultados apontam para um início de ano marcado por acréscimo global moderado, com diferenças relevantes entre as principais economias. Com relação aos EUA, o conjunto de dados apresentados reforça a leitura de que a inflação segue convergindo para a meta mais ainda com alguma rigidez, assim como a economia europeia. Passando para as recomendações da carta, foi destaca que a publicação da Resolução CMN 5.272/2025, consolidou um novo marco regulatório para os RPPS. Tratando do cenário do mês de fevereiro, que mantém os juros elevados, a inflação em processo lento de convergência e um ambiente global ainda marcado por incertezas políticas e comerciais, reforçando a necessidade de uma postura prudente na alocação dos recursos, principalmente para aqueles classificados na Pró-Gestão Nível 2, que não possuem autorização normativa para investir no exterior. As recomendações seguem alinhadas ao ambiente econômico atual, com as NTN-Bs continuando oferecendo remuneração real elevada, ainda próxima de IPCA + 7% a 8% a.a., em patamar superior ao teto da meta atuarial de IPCA + 6%. O nível de taxa segue proporcionando ganhos expressivos com baixa volatilidade, sobretudo para quem opta por carregar até o vencimento, devendo ser observadas as limitações impostas pela resolução 5.272/2025 para a aquisição direta de títulos, permanecendo a recomendação da exposição por meio de fundos vértices. Seguindo, tratando a parcela pós-fixada IMA-B continuam apresentando boas oportunidades, capturando de forma eficiente os retornos das NTN-Bs por meio da gestão ativa ajustando a exposição conforme dinâmica da curva de juros, sendo destacado que a combinação entre proteção contra a inflação e flexibilidade tática reforça o papel desses fundos na composição dos portfólios dos RPPS. No segmento de renda variável local, foi evidenciado que a mesma continua apresentado um comportamento favorável em fevereiro, impulsionado pela combinação entre expectativas de início do ciclo de queda da Selic, levando o Ibovespa a renovar sucessivos recordes históricos, refletindo maior apetite ao risco e o prêmio oferecido pela renda fixa tende a diminuir ao longo do ano, porém, apesar do avanço expressivo, o momento ainda exige cautela. Outro ponto de evidenciação é a relação entre preço e lucro das empresas que permanecem em patamares historicamente baixos, indicando que parte



relevante do prêmio de risco já está incorporado. Diante de todo o contexto foi recomendada a realização de alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando a evolução das condições de mercado e a confirmação do ciclo de flexibilização monetária. Por fim, foi enfatizado que com a perspectiva de queda dos juros, a renda variável tende a ganhar relevância novamente na composição dos portfólios, especialmente para estratégias de médio e longo prazo. Tratando do cenário internacional, os mercados seguem em movimento positivo, com diversas classes de ativos operando próximas ou acima de máximas históricas, sendo salientado que o ambiente exige atenção redobrada, especialmente diante da crescente volatilidade política dos EUA. Finalizando a carta, considerando as posições apontadas para o início da queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como alternativa eficiente para composição de carteira, embora as rentabilidades tendam a diminuir ainda devem permanecer em níveis suficientes para superar a mera atuarial ao longo de 2026, especialmente quando combinadas com estratégias de renda fixa indexada à inflação e com a retomada gradual da renda variável. Sem manifestações quanto ao que foi apresentado na carta mensal, foi passado para a leitura e análise do relatório de investimentos do mês de fevereiro. Iniciando a análise, foi destacado o valor total da carteira em R\$ 111.718.204,62, sendo composto por R\$ 105.784.234,19 relativo aos investimentos e R\$ 5.933.970,43 relativo as disponibilidades financeiras. Analisando a rentabilidade no mês, foi evidenciado o retorno de 1,19%, ante a meta de 1,10%, correspondendo a R\$ 1.241.114,40, e no acumulado 2,59%, ante a meta de 1,90%, correspondendo a R\$ 2.675.114,40. Analisando os retornos por segmento, na renda fixa o retorno foi de 1,14%, correspondendo a R\$ 1.157.747,84, a renda variável apresentou retorno de 2,47%, correspondendo a R\$ 83.366,56, e os investimentos no exterior apresentaram retorno de -4,94%, correspondendo a -R\$ 11.422,60. Foi dada a palavra para quem quisesse fazer uso da palavra, não havendo, foi passado para o próximo tópico. Diante do exposto pela consultoria, considerando as perspectivas para o mercado, foi de entendimento unânime que fundos IMA-B e IRF-M se apresentam como boas opções diante das expectativas, assim como os fundos vértice, que apresentam taxas próximas a 8,22% os com vencimento em 2027 e os com vencimento em 2029 apresentam taxas próximas a 8,00%, sendo estes retornos superiores a meta definida. Foi de entendimento unânime também, que a renda variável, conforme apresentado pela consultoria, se mostra como boa alternativa para a diversificação da carteira, considerando o médio e longo prazo, porém com a entrada da nova resolução em vigor, estes devem ser melhor analisados. Foi sugerida a análise dos fundos já presentes na carteira e a busca de novos fundos, sendo levados previamente a consultoria. Foi



colocado como sugestão também, a solicitação da análise da carteira do IBASMA a consultoria, visando a adequação da mesma a nova resolução e o rebalanceamento visando as perspectivas atuais do mercado. Diante do apresentado e não havendo mais manifestações, foi passado para o tópico final. O senhor Rafael informou que os Termos de Análise e Credenciamento forma encaminhados as instituições e que estávamos aguardando o retorno dos documentos assinados para finalização do credenciamento e sua habilitação para realização das aplicações. Foi informado também que tal condição seria apresentada aos conselhos de administração e fiscal do IBASMA, visto que haviam valores disponíveis para aplicação que ainda não foram efetivados devido a tal pendência. Continuando com a palavra, o senhor Rafael informou que haviam instituições que teriam seu credenciamento vencido nos próximos dias, e que havia solicitado a documentação para que o credenciamento pudesse ser realizado, logo, seria necessário marcar uma reunião extraordinária nos próximos dias para tratar do assunto, sendo confirmado pela senhora Mônica e a senhora Thayná. Encerrados os assuntos, foi dada a palavra então para quem quisesse dela fazer uso, não havendo mais manifestações, encerrou-se a reunião, tendo sido por mim Rafael Ferreira Viana Daumas, lavrada a presente ata, lido este instrumento e assinado pelos que dela participaram.

Araruama, 12 de Março de 2026.

Rafael Ferreira Viana Daumas
DAFIN

Mônica Souza dos Santos Costa
SUPREV

Thayná Pacheco Coutinho
DPP

